



O PROCESSO DE MULTITERRITORIALIZAÇÃO NO NOROESTE DE MATO GROSSO: UMA REFLEXÃO SOBRE OS IMPACTOS SOCIAIS NAS VIDAS DE INDÍGENAS, SERINGUEIROS, COLONOS E GARIMPEIROS

JULIO CÉSAR DOS SANTOS¹

Introdução

O conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, um lugar de descoberta do outro e de desencontros [...] o desencontro da fronteira, é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da história. (MARTINS, 2009, p 98)

Nas décadas finais do século XX, no Noroeste de Mato Grosso ocorreu a chegada de um contingente significativo e diversificado de trabalhadores, com interesses, valores e objetivos muitas vezes conflitantes, outras conciliáveis. Tratam-se de posseiros, grileiros, exploradores, colonos, garimpeiros que passaram o habitar e desenvolver atividades em uma região antes ocupada quase que em sua totalidade por povos indígenas, habitantes de uma área que ia do vale do rio Juruena até a divisa do estado de Mato Grosso com o estado de Rondônia, rica em recursos naturais, inclusive madeira e minérios e, segundo os colonizadores, com terras apropriadas para agricultura e pecuária.

A partir da década de 1950 o território foi alvo de vários processos de ocupação e reocupação, que produziu o fenômeno denominado por Haesbaert² de multiterritorialização. Foram vivenciadas ações que iam desde a grilagem de terras e exploração madeireira e seringueira, colonização e mineração.

Nestes termos, o presente texto trata do processo de multiterritorialização da fronteira do Noroeste de Mato Grosso, com foco nas ações das diferentes categorias de trabalhadores que de formas bastante distintas chegaram ou permaneceram na região e foram inseridos na lógica da Frente de Expansão ou Pioneira, são seringueiros, indígenas,

¹Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso – PPGHis/UFMT.

²Refere-se à obra: O mito da des-territorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004



colonos e garimpeiros.

O objetivo do texto é analisar as relações e condições de trabalho estabelecido entre eles para compreender o processo de multiterritorialidade e constituição da frente pioneira no Noroeste de Mato Grosso, fatores que moldaram a região tal como ela se apresenta nos dias atuais.

É resultado de estudos realizados durante a pesquisa de mestrado, entre novembro de 2010 e julho de 2012, cujo tema é “Garimpos de Juína: Entre História, Relatos e Memórias, defendida em novembro de 2012 (SANTOS, 2012), das pesquisas iniciais da produção da tese de doutorado “A Mercadora de Sonhos: Atuação da CODEMAT na Colonização e Modernização do Noroeste de Mato Grosso”.

As fontes são a documentação do arquivo da extinta Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso, Acervo do Núcleo de Pesquisa em História da UFMT, matérias publicadas em jornais locais, entrevistas e de bibliografias.

O conceito de Fronteira é pensando a partir de “*Fronteira, a Degradação do Outro nos Confins do Humano*” (MARTINS, 2009). As relações entre os indivíduos que ocuparam a região desde então, a partir de Tzvetan Todorov em “*A Conquista da América, A Questão do Outro*”³. Na qual o autor retrata o universo de relações entre “diferentes” e acaba por demonstrar como o processo é conflituoso e degradante, mesmo em homens movidos pela esperança de construção de vidas melhores.

O Noroeste enfrentou e em certa medida ainda enfrenta, um intenso jogo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, um processo complexo que para Haesbbaert (2004), trata-se de multiterritorialização.

Apesar de Sack (1986), lembrar que o território e os processos de desterritorialização devem ser distinguidos através dos sujeitos que efetivamente exercem poder e de fato controlam o espaço e, conseqüentemente, os processos sociais que o compõem, não vamos trabalhar com a ideia de des-territorialização, pois todos os representantes dos “modelos” de trabalhadores permanecem no espaço, em maior ou menor intensidade, se sentindo vitoriosos ou derrotados, mas todos de algum forma resistiram e resistem, apesar das intensas disputas de poder inclusive o “anti-poder” da violência, do “um contra o outro” e do “outro contra o um”.

³TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América. A questão do outro*. Tradução Beatriz Perrone. Ed. Martins Fontes, 2003.



Finalmente, a história social se apresenta como ferramenta de abordagem central do texto por diversas razões, dentre as quais podemos destacar algumas apresentadas por José de D' Assunção Barros (BARROS, 2010, p. 95-103):

- a) Pela opção que nos oferta de realização de abordagem em escala micro ou macro-histórica;
- b) Por possibilitar a interface com as demais subespecialidades, em especial com a história política; e,
- c) Não haver objeções à utilização das mais diversas fontes, incluindo os relatos orais e a fontes oriundas da cultura popular.

Indígenas, Seringueiros, Colonos e Garimpeiros: Multiterritorialização no Noroeste de Mato Grosso.

Até meados do século XX, a região Noroeste do estado de Mato Grosso vivenciou ocupação quase que exclusiva dos povos indígenas Cinta larga, Rikbaktsa e Enawênê⁴, que atualmente possuem reservas que ocupam 62%⁵ do território do município de Juína-MT, além de se estender pelos municípios vizinhos de Brasnorte, Juruena e Aripuanã, dentre outros, inclusive do estado de Rondônia.

Em meados do século XX, seringueiros e extrativistas em geral, passaram a explorar o potencial de recursos da região às margens da legalidade e a aproveitando a presença incipiente do Estado. Iniciando um complexo processo de multiterritorialização e constituição de um espaço de conflitos entre diferentes trabalhadores, e promovendo intensas transformações socioeconômicas na região.

Ações que passaram a caracterizava a região Noroeste como uma autêntica frente de expansão, onde o Estado não se apresentava de forma legítima, deixando margens para práticas de ilegalidade e desumanidades. Um espaço além da zona de desenvolvimento, onde as relações são arcaicas, não existe infraestrutura e a violência faz parte do convívio cotidiano.

[...] Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E sobretudo fronteira do humano. Nesse sentido, a

⁴Povos indígenas que habitam a região Noroeste de Mato Grosso.

⁵Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), site: www.ibge.gov.br – acessado em 01 de dezembro de 2014.



fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, por que nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora. (MARTINS, 2009, p. 134)

Nestes termos, o encontro dos exploradores, com os povos indígenas gerou diversos conflitos, danosos em vários aspectos às comunidades nativas da região. Mesmo a constante presença de missionários católicos entre os povos indígenas, a partir da década de 1960, não foi capaz de impedir a grande matança ocorrida, por exemplo, entre os Enawenê-nawê, habitantes do vale do Juruena, que quase foram extintos em função da violência física, disseminação de doenças e exploração de trabalho forçado. (Entrevista - Juína /Abril de 2104)

Dentre os conflitos gerados a partir da presença de exploradores na região, o de maior repercussão ficou conhecido internacionalmente como o Massacre do Paralelo 11, ocorrido entre seringueiros e os povos Cinta-Larga.

Um empecilho que se dissipava com a expropriação de suas terras, a dispersão das aldeias, a transferência de populações, doenças e aberta eliminação física, pelo envenenamento, o contágio induzido, a fome e o assassinato, práticas recorrentes, vivas na memória do massacre do Paralelo 11, ocorrido em 1963, em Aripuanã, norte do estado. Presença indígena e expansão da fronteira econômica, inevitavelmente, se encontravam em projetos agropecuários, abertura de estradas, garimpos, construção de barragens e hidrelétricas. (MARTINEZ, 2010, p. 291)

O caso veio à tona em 1967, mas teria sido praticado em 1965, revelado pelo funcionário da empresa seringalista Arruda e Junqueira, Francisco de Brito. Segundo seu relato, a empresa organizou duas expedições. Na primeira uma aeronave sobrevoou uma aldeia de índios Cinta Larga e arremessou açúcar misturado com arsênio, em seguida explosivos foram jogados nas habitações da aldeia. A população indígena que sobreviveu fugiu para a mata.⁶(KRÄUTLER, 2012).

A segunda expedição, terrestre encontrou os indígenas sobreviventes para dizimá-los. Segundo relato do participante que denunciou o feito, por estar insatisfeito com o não pagamento do serviço prestado, uma índia grávida foi cortada ao meio por golpes de facões pelos jagunços da empresa.

O caso ganhou repercussão internacional, pois foi amplamente denunciado por

⁶KRÄUTLER, Dom Erwin. *Os povos indígenas do Xingu e a usina hidrelétrica de Belo Monte*. Disponível em <http://www.cnbb.org.br/site/articulas/dm-erwin-kraeutler/2583-os-povos-indigenas-do-xingu-e-a-hidreletrica-belo-monte>. Acessado em 13 de maio de 2012.



ONGs, jornais, revistas e ativistas dos direitos humanos, recentemente a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB, 2008), ao debater os efeitos da construção de Belo Monte, exemplificou o histórico de desumanidades contra os povos indígenas lembrando o massacre e denunciando que não existem registros de punições.

Eu mesmo vi uma fotografia que mostra uma mulher indígena presa pelos pés, de cabeça para baixo, ladeado por dois homens brancos com facões. Esquartejaram a mulher. A mera lembrança da foto me causa arrepios. Isso não aconteceu no tempo dos bandeirantes, mas há apenas pouco mais de quarenta anos.⁷

Ao tratar esses espaços como terras livres e ignorar todas as desumanidades que foram cometidas contra os povos indígenas, inclusive no massacre do paralelo 11, como retratado anteriormente, o governo potencializou a dívida histórica e social para com os povos indígenas.

As entrevistas realizadas com indígenas Enawenê-nawê, com o objetivo de compreender e desvendar através da escrita da Narrativa: Atuação da CODEMAT no processo de colonização de Modernização do Noroeste de Mato Grosso, já nos permite afirmar com propriedade que o evento descrito acima, foi apenas mais em um de universo de práticas semelhantes contra os povos indígenas do Noroeste, uma vez que, os Enawenê-nawê narram com extrema precisão e comoção atos de violência semelhantes contra suas aldeias, localizadas a pelo menos 150 km distantes das aldeias Cinta-Larga.

Meu irmão era o mais velho, ele cuidava de mim e dos outros meninos, depois que eles mataram todo mundo e tocaram fogo na aldeia, nos fugimos e ficamos na ilha, dias depois um padre encontrou nós, nós era tudo muleque pequeno, 8, 10 anos, meu irmão tinha um pouco mais. (Entrevista Juína/05 de abril de 2014).

Relatos como os descrito acima são comuns entre os indígenas mais antigos, que em geral eram crianças nas décadas de 1960, período de chegada dos seringueiros e primeiros madeireiros na região do Vale do Juruena. Fatores que nos leva a crença de existência de um universo de indignações que vão muito além do Massacre do Paralelo 11.

Até a década de 1970, a densidade demográfica do Noroeste em 1980 era de apenas 0,14 hab./km² conforme constata Vitale Joanoni Neto (JOANONI NETO, 2008, p.

⁷Disponível em <http://www.cnbb.org.br/site/articulas/dom-erwin-kraeutler/2583-os-povos-indigenas-do-xingu-e-a-hidreletrica-belo-monte>. Acessado em 13 de maio de 2012.



137), com dados do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) de Cuiabá. A situação da densidade demográfica bastante reduzida deixava espaços livres para práticas diversas de desumanidades, de ocupação de lotes de terras por posseiros e a população desassistida pelo poder público.

Em 1972, a Lei nº 3.307, de 18 de dezembro reservou extensas áreas de terras devolutas no Noroeste de Mato Grosso à Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso (CODEMAT), com a finalidade de desenvolver projetos de colonização. O projeto Juína, nasceu em 1976 e foi consolidado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 17 de setembro de 1978, por meio da portaria nº 907. Em 10 de junho de 1979, a Lei nº 4.038 criou o distrito de Juína e já em 9 de maio de 1982, a Lei nº 4.456, desmembrava Juína de Aripuanã, criando o município.

Em termos urbanos, um projeto bem organizado foi traçado, uma cidade dividida em módulos, cada um com 35 hectares, cada módulo foi redividido em quadra que por sua vez foram subdivididos em lotes de tamanho regular, medindo em geral 20 metros de largura por 40 metros de extensão. Ainda hoje é possível perceber na cidade esse traçado.

No plano rural, os lotes foram vendidos a preços relativamente acessíveis e parcelados, cada um com extensão territorial variando entre 30 e 40 hectares. As imagens aéreas de Juína demonstram o traçado da cidade que nos permite imaginar as dificuldades de acesso ao núcleo urbano cercado por floresta em todas as direções. Uma dimensão dos desafios que a frente pioneira enfrentava em meio às adversidades, de acesso, de abastecimento e conflitos. Os depoimentos deixam transparecer os desafios: “Reuníamos duas ou três famílias, fretava uma C-10, para fazer comprar em Vilhena, agente comprava tudo de fardo, porque era longe e aqui não tinha quase nada pra vender, e o que tinha, custava os olhos da cara.” (Entrevista – Juína/24 de Janeiro de 2012.).

Os anos que se seguiram após o início da venda de lotes (1978) contribuíram, com algumas melhorias na região, mas o acesso, e o abastecimento permaneciam como desafios. O abastecimento de combustível, de gêneros laticínios e carne dentre outros, continuava sendo um grave problema. Rogério Veronese, que chegou à cidade criança, em 1980, conta que:

Eu era responsabilizado pela minha mãe de vir, uma vez por semana, até aqui na cidade comprar carne. Nós morávamos numa chácara que fica cerca de 2500 metros aqui de onde é a parte central da cidade, mas ainda é uma área de chácara, onde aqui eram as casas da colônia da serraria que foi montado pelo meu avô,



pelos meus tios, pelo meu pai. Então eu era responsável por vir duas vezes por semana buscar carne na cidade. Eu me lembro, que era uma situação, pra mim, bastante ruim porque eu tinha medo de vir porque eu tinha que atravessar, uma estrada por dentro de uma mata, eu tinha um pouco de medo. Eu me recordo que às vezes eu chegava, no açougue e não tinha carne, e aí o proprietário do açougue, que na verdade não era um açougue, era uma simples casa que a carne vinha a cada dois, três dias vinha do estado de Rondônia, município de Vilhena, vinha de avião, e a carne era cortada no toco. Então se escolhia o pedaço, apontava com o dedo, ele colocava o pedaço maior num toco de madeira grande, descia o machado em cima. (Entrevista – Juína/27 de Janeiro de 2012)

Nos anos que se seguiram a 1978, um intenso duelo foi travado entre as condições da expansão e a frente pioneira representada nos sonhos de muitos que vieram para Juína, se conciliando ou conflitando com aqueles que já haviam se estabelecido na região em anos anteriores.

Quando a CODEMAT começou a atuar na região, o território passou por maiores e mais intensas mudanças, assim como o processo multiterritorialidade que trouxe consigo conflitos e jogos de interesses, colocando frente a frente os seringalistas, indígenas e colonos.

Os conflitos entre a colonizadora e os posseiros que haviam se estabelecidos na região em época de expansionismo, de abandono do poder público podem ser identificados com frequência, como, por exemplo, no despejo de 251 famílias promovido pela CODEMAT, nas proximidades do município de Aripuanã, ao Norte de Juína.

Segundo nota da CPT – MT à imprensa no dia 28 de janeiro de 1981, as famílias foram expulsas pela Polícia Militar e Jagunços a serviço da CODEMAT e impedidas de fazerem suas colheitas e de terem acesso à terra das quais possuíam a posse legítima. (CTP – MT, Nota á imprensa, em 22/02/1981).

Relatos de conflitos diretos entre colonos e indígenas são menos frequentes, apesar da intensa relação de exploração dos madeireiros para com os povos indígenas, em especial os Cinta Larga através da degradação de suas áreas para retirada de madeiras. Prática que remonta ao início do processo colonial brasileiro do século XVI.

Outro aspecto a ser considerado foi a utilização da mão de obra indígena na abertura de áreas e estradas pela Companhia, apesar de nos registros da CODEMAT, não constar cadastro de trabalhadores de origem indígena, os relatos revelam que os Enawenê-nawê foram utilizados como mão de obra para o propósito da colonização, tais como derrubada da floresta e abertura de estradas em condições análogas à escravidão.



(Entrevista, Juína-MT, Abril de 2014.)

No ano de 1987, as notícias da existência de minas diamantíferas no quadrante SW do Município de Juína atraíram garimpeiros de várias regiões e despertou o interesse de vários colonos agricultores pela exploração das pedras ou o comércio em torno da atividade. Era o reencontro entre garimpeiros e colonos, segundo o qual Holanda já havia se pronunciado, tratava o colono como trabalhador e o garimpeiro como o aventureiro de nossa história. “O aventureiro despreza as energias que levam à estabilidade, à segurança pessoal. Entre estes dois tipos há [...] uma oposição absoluta, e uma incompreensão radical (HOLANDA, 2005, p. 45).

Historicamente, o garimpo não atrai, somente, homens pobres e livres denominados por Souza (1990) como desclassificados ou vadios da história, e colonos decepcionados e cansados dos infortúnios do labor moralmente admirado.

Existe também uma massa de homens bem posicionados socialmente que enxergam nos garimpos a possibilidade de avançar seus domínios econômicos, muitas vezes motivados pelas práticas comerciais, na compra e venda de diamantes ou, ainda investindo na aquisição de maquinários, existem ainda os proprietários dos lotes agraciados com a pedra, a este cabe 10%⁸ de tudo que é extraído (BARROZO, 2007, p 144).

Ao analisar a sociedade mineradora da região do Alto Paraguai, Barrozo já havia feito esta constatação, “Porém, não eram apenas os desclassificados sociais que iam para as regiões de mineração. Também iam filhos de fazendeiros, de comerciantes.” (BARROZO, 2007, p. 147)

Juína não é exceção, uma infinidade de homens que não eram gravemente afetados pela crise agrícola, também se dedicou ao garimpo, afinal, eram possuidores de outros recursos. Foi o caso da família Veronese, já na ocasião proprietária de serraria e sócios do hospital da cidade.

Decidi entrar no garimpo, porque o garimpo surgiu na minha fazenda. Eu tinha uma fazenda pequena. Na época, era 200 hectares e surgiu o garimpo dentro dela. E ao lado da minha fazenda, tudo era garimpo, entendeu? Ai eu entrei no garimpo e com o dinheiro que eu ganhava no garimpo, eu fui comprando. Daí, minha fazenda era 200 ha e em 5 anos, fiquei com 2.400 hectares. (Entrevista – Juína-MT, 23 de Janeiro de 2012)

⁸Não havia contrato ou vínculo legal entre os proprietários de maquinário e os donos dos lotes, a contratação era realizado por meio de um acordo verbal.



O próprio patriarca da família Veronese, Sr. Romeu observou a sedução de muitos colonos pela possibilidade da riqueza fácil ofertada pelo garimpo, relata a migração de camponeses para o trabalho no catriado. “muita gente deixava suas terras e ia para o garimpo, porque ganhava muito, e ganhava rápido”.

No entanto, a grande massa de garimpeiros, oriundos em especial de Rondônia, estados nordestinos, e outras cidades de Mato Grosso, com a mineração em decadência, vieram para os garimpos de Juína na condição de homens expropriados em busca da perspectiva da riqueza fácil. Para Vilela da Silva, “o garimpeiro continua sendo herdeiro direto dos desclassificados sociais, que garimpavam ilegalmente no período colonial e hoje está refugiado nos fundões da Amazônia e nos sertões do Brasil Central.” (SILVA, 1995, p. 94)

As relações sociais, historicamente, colocam o garimpeiro na condição de aventureiro, e desclassificado social, se apresenta em uma relação também histórica de percepção, que se tem em relação ao aparentemente diferente. Mais do que uma relação de fronteira fundamentada na lógica do espaço territorial, a fronteira que está posta entre o garimpeiro e o colono é a do “eu para o outro”. Todorov, (2003) já havia percebido e dado devida importância à complexa relação que se coloca do “eu para o outro” no processo colonização e exploração da América Latina, bem como para as experiências sociais diversas.

Pois o outro deve ser descoberto. Coisa digna de espanto, já que o homem nunca está só e não seria o que é sem sua dimensão social. E, no entanto, é assim: para a criança que acaba de nascer, seu mundo é o mundo e o crescimento é uma aprendizagem da exterioridade e da sociabilidade; pode-se dizer, um pouco grosseiramente, que a vida humana está contida entre dois extremos, aquele onde o eu invade o mundo e aquele onde o mundo acaba absorvendo o eu, na forma de cadáver ou cinzas. E, como a descoberta do outro tem vários graus, desde o outro como objeto, confundido como sujeito, igual ao eu, mas diferente dele, com infinitas nuances intermediárias, pode-se muito bem passar a vida sem nunca chegar à descoberta plena do outro (supondo que ela possa ser plena). Cada um de nós deve recomencá-la, por sua vez; as experiências anteriores não nos dispensam disso. Mas podem nos ensinar quais são os efeitos do desconhecimento. (TODOROV, 2003, p. 360)

O aspecto central na obra Todorov consiste na forma de enxergar, compreender e se relacionar com o outro, merece atenção especial por tratar da ocupação de novos espaços e de encontro de valores distintos.



O garimpeiro profissional foi aceito e incorporado à sociedade colonizadora, enquanto foi útil a ela na condição de portador de conhecimento técnico, força de trabalho e até de consumidor.

Contribui para compreender a dimensão desta relação se reforçarmos a consideração de que havia uma diferenciação em termos de origem entre os garimpeiros de Juína. Era dois grupos bem distintos, o primeiro formado por garimpeiros profissionais, vindos de outras regiões, inclusive da bacia do Alto Paraguai, Poxoréu e do Pará atrás das “fofocas” de Juína, esses possuem o conhecimento específico sobre o garimpo e o domínio das técnicas. Esse primeiro, muitas vezes, vive o estilo de vida imprevidente do garimpeiro, farrista, gasta o que ganha, frequentemente está presente nos cabarés, e se envolve em conflitos com maior intensidade.

O outro grupo era formado por “garimpeiros colonos”, foram trabalhadores rurais que enxergaram no garimpo um meio para superar a crise econômica em virtude da baixa produção das lavouras, das dificuldades em comercializar seus produtos dentre outros fatores. Esses colonos garimpeiros muitas vezes investiram o dinheiro fruto da lavra garimpeira em suas terras ou comprando casas na cidade, “comprei a casa que moro hoje com dinheiro do garimpo, então não posso dizer que o garimpo foi ruim, alguma coisa deu” (Entrevista – Juína/27 de Janeiro de 2012). Estes homens foram garimpeiros só enquanto trabalharam no garimpo.

Considerando as relações que se estabelecem entre seringueiros, colonos e garimpeiros, ambos se encontram nas mesmas condições de perspectivas capitalistas, a principal diferenciação com relação aqueles que se dedicaram à aventura do garimpo, talvez seja a sua perspectiva imediatista, não importando se por ambição por instinto de sobrevivência.

A abundância de diamantes e as possibilidades de ganhos imediatos aliadas aos infortúnios da agricultura seduziram muitos colonos, inclusive os jovens. É caso do então jovem técnico agrícola, prefeito da cidade duas vezes, Altir Peruzzo, que encontrava dificuldades na agricultura e buscou no garimpo novas possibilidades:

Quem atuava na zona rural passou a deixar aquela atividade da produção agrícola para entrar na atividade garimpeira, eu entrei nessa situação também, tínhamos formado uma grande área de café e uma área de pastagem. No entanto, o garimpo passou a ser atrativo porque ele gerava uma renda maior do que a propriedade rural. (Entrevista – Juína/27 de Janeiro de 2012)



A justificativa para a aproximação e apropriação do modo de vida e trabalho aventureiro quase sempre aparecem nos discursos, fundamentadas pelas dificuldades do setor agropecuário, pelo abandono do governo no auxílio à comercialização dos produtos, falta de infraestrutura, pela decepção com a produção etc. A análise dos índices de produção agrícola, indicam o declínio da produção nos anos da atividade garimpeira, característica histórica das regiões de garimpos no Brasil ao longo dos séculos.

Anos Produtos	1987	1988	1989	1990	1991	1992
Milho	25.536	22.276	14.280	5.250	5.500	4.320
Arroz	15.600	13.104	7.488	2.100	210	2.700
Feijão	2.527	2.361	1.814	612	612	840
Café	2.160	2.240	3.120	3.120	2.800	2.865

Produção em toneladas ano.⁹

A produção de milho e arroz apresenta reduções impressionantes chegando a 84% no caso do milho, e a 82% no caso da produção de arroz, entre os anos de 1987 e 1992 (POST, 2001, p. 28), em sua pesquisa, confirma a influência do garimpo no abandono das lavouras.

Chama a atenção, também onde se pode considerar outro fator para análise das desistências, o fato de que em meados de 1985 iniciou-se uma intensa atividade garimpeira com descoberta de diamantes em várias localidades dentro do município atingindo seu ápice entre os anos de 1985 e 1994, o que levou muitos agricultores a venderem/abandonarem suas lavouras, pois a descoberta de áreas diamantíferas fez com que muitos se deslocassem para os garimpos, tirando seus filhos das escolas.

Pohl em “*Viagem ao Interior do Brasil*” confirma a histórica relação direta entre ascensão da atividade mineradora e redução dos índices de produção de agrícola. “O alto valor dos minérios e pedras preciosas faz com que os habitantes dessas regiões não se interessem pela produção de alimentos cujos preços se tornam conseqüentemente muito alto, e em alguns casos abusivos. (POHL, 1976, p. 390)

O trabalho agrícola tornava-se menos atraente do que as aventuras e emoções do garimpo. Assim como o Prefeito de Juína, Altir Peruzzo, em sua entrevista, deixa transparecer que havia migrado para Juína com finalidade de construir uma vida pautada na

⁹Fonte: Arquivos da Secretaria de Agricultura do Município de Juína.



moralidade da lógica colonial agrícola de plantar e colher se rendeu aos encantos do imediatismo, e mais tarde se tornaria prefeito da cidade, diversos colonos que lutavam para superar as dificuldades, as condições de privações extremas do processo inicial da colonização, se sujeitaram a um retorno. Um retorno a estágios já superados por muitos, que haviam, por exemplo, estruturado suas casas, voltaram a viver nos garimpos em barracos de madeira, lona e folhagens, lavar roupa e panelas no córrego e a clarear a noite com lampiões e lamparinas.

A lógica da relação entre o aventureiro e o lavrador proposta por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (2005), esteve velada nas relações sociais que se estabeleceram em Juína, nos anos de garimpo.

O lavrador prepara a terra, planta e colhe. Ele vê primeiro as dificuldades a vencer, o esforço, mede as possibilidades [...] Há uma ética do trabalho, como uma ética da aventura. O trabalhador (lavrador) só atribui valor moral positivo às ações que sente ânimo praticar, e considera imorais as qualidades do aventureiro (audácia, imprevidência, irresponsabilidade [...]) O aventureiro valoriza “as energias que se dirigem a uma recompensa imediata [...]” (Holanda, 2005, p. 44)

A migração dos colonos para os garimpos de certo modo inviabilizava a desqualificação da prática em geral. A aventura do garimpo não podia ser desmerecida e as relações precisavam ser cordiais.

Havia por detrás da aparente relação de cordialidade o interesse dos colonos nesse imediatismo, que poderia representar a solução para as frustrações das dificuldades da lavoura na agricultura, ou a possibilidade de ampliar seus lucros investindo nas frentes de extração, no comércio de gêneros, de diamantes ou cedendo seu lote para garimpagem.

Não existe em suas relações uma oposição de “um para o outro” declarada, a relação entre colono e garimpeiro é pautada por uma discriminação velada, presente inclusive no linguajar cotidiano, que aparece discretamente dos discursos, em termos como “garimpeiro rodado”, na despreocupação com as denominações específicas, com o desinteresse por sua origem, como se todos os garimpeiros presentes nos catriados se convertessem em uma unidade identitária difícil de imaginar. Mas, sobretudo, ela aparece no descaso com a violência que ocorre nas vilas garimpeiras.

Tanto o aventureiro quanto o colono são indivíduos de uma trama histórica que acompanha há séculos a história da América Latina, está presente desde os primórdios da



colonização do Brasil e de modo especial em Minas Gerais. A realidade é que nenhum dos dois habita fora do mundo imaginário. Longe de uma caracterização ideal, “em estado puro, nem o aventureiro, nem o trabalhador possuem existência real fora do mundo das ideias.” (HOLANDA, 2005, p. 43)

Considerações Finais

Herdeiros de um passado repleto de dificuldades, posseiros, seringueiros, indígenas, colonos e garimpeiros, possuem extrema capacidade de adaptação. Condição presente ao longo da história nacional, na qual esse indivíduos estiveram presente de forma predominante, ocupado espaço antes inimagináveis, às vezes se conciliando outras se enfrentando.

Apesar dos avanços das pesquisas referentes à ocupação do Noroeste de Mato Grosso, ocorrido nas décadas de 1990 e início do século XXI, nos quais foram produzidos trabalhos de Conclusão de Curso, 1 Tese de doutorado e pelo menos 1 dissertação de mestrado, além da tese em elaboração sobre a atuação da CODEMAT na colonização da região, existe um universo de fatos que permanecem obscuros nos documentos e nas memórias de pessoas, nem sempre dispostas a compartilhar, ou mesmo sem a oportunidade de o fazer.

A medida que as pesquisas avançam vamos desvendando que o discurso de harmonia, quase sempre presente nas falas dos colonizadores, que se intitulam pioneiros, não se confirmam, pelo contrário, as relações foram tão conflitantes e degradantes quanto em qualquer processo de colonização ocorridas na história.

Nestes termos, a pesquisa segue sem a pretensão de encerrar a questão, mas com ambição de colocar na história a memória daqueles que foram os protagonistas de um processo histórico que apesar de possuir semelhanças a diversos outros, em diferentes tempos históricos, guarda peculiaridades que podem fazer do processo de ocupação do Noroeste de Mato Grosso único, para o fazer história.

Reafirma-se a ideia de fronteira das humanidades e desumanidades, que tanto “O Um quanto O Outro” as conhecem muito bem e são produtos de suas consequências.

No Noroeste a experiência de degradação do outro é vivenciada com extrema intensidade em determinadas condições. Foi exatamente o que pudemos perceber até o



momento ao pensar a região desde o encontro entre seringueiros e indígenas, até as condições de vida e trabalho extremas dos colonos e/ou garimpeiros.

A multiterritorialidade que se estabelece entre ambos é como tem ocorrido ao longo de nossa história, forma uma fronteira que depende do outro. Assim como os trabalhadores, ela não existe fora do mundo das ideias, no entanto, é real.

O massacre contra os povos nativos é real, assim como a resistência; as condições de vida e trabalho complexos são reais, assim como a violência nos garimpos e fora dele; o que torna esses elementos tão reais quanto suas próprias práticas e modos de avaliar e se relacionar com o outro.

Resta-nos seguir avançando na análise de cerca de 7000 caixas de documentação da antiga CODEMAT, das publicações de jornais e na busca pelas entrevistas, e no aperfeiçoamento da teoria, com a perspectiva de em março de 2018, possamos apresentar uma narrativa bem mais complexa, a qual de alguma forma possa contribuir para melhoria das políticas públicas e das vidas das pessoas que hoje vivem na região forjada pelo encontro de indígenas, seringueiros, colonos e garimpeiros.

Referências Bibliográficas

BARROS, José D'Assunção. *O Campo da História; Especificidades e Abordagens*. Petrópolis: Vozes, 7ª ed., 2010.

BARROZO, João Carlos. *Em Busca da Pedra que Brilha Como Estrela: Garimpos e Garimpeiros do Alto Paraguai – Diamantino*. Cuiabá: EdUFMT/Tanta Tinta, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 26ª ed. 2005.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MARTINEZ. Paulo Henrique. *Patrimônio e Memória* UNESP – FCLAs – CEDAP, v.6, n.2, p. 287-291, dez. 2010. p. 291. MARTINS. José de Souza. *Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009 - p. 134.

JOANONI NETO, Vitale. Juína: de projeto de colonização a pólo regional. IN: BARROZO, João Carlos (Org.). *Mato Grosso: Do sonho à utopia*. Cuiabá-MT; eduFMT/Carlini e Cianato editorial, 2008.



POHL, Johann Emanuel. *Viagem ao Interior do Brasil*. Tradução Milton Amado e Eugênio Amado. São Paulo: EdUSP, 1976. p. 390.

POST, Sérgio Volmir. *Escolas Rurais de Juína: O Cotidiano e as Dificuldades na implantação do Sistema*. Projeto de Monografia de Graduação. Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Departamento de História. Orientação Carlos Américo Bertolini. 2001.

SACK, R. **Human Territoriality: its theory and history**. Cambridge : Cambridge, 1986.

SILVA, Jovam Vilela da. *Mistura de Cores. Política de Povoamento e Populações da Capitania de Mato Grosso – Século XVIII*. Cuiabá: EdUFMT, 1995.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América. A questão do outro*. Tradução Beatriz Perrone. Ed. Martins Fontes, 2003. p. 360.

Textos Acessados via Internet:

Coordenação Nacional do Movimento Sem Terra: Assassinato no Campo Crime e Impunidade, 1964 – 1984, sem data, p. 101. acesso <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bibliotlt&pagfis=2132&pesq=>, em 25 de março de 2015.

KRÄUTLER, Dom Erwin. *Os povos indígenas do Xingu e a usina hidrelétrica de Belo Monte*. Disponível em <http://www.cnbb.org.br/site/articulas/dm-erwin-kraeutler/2583-os-povos-indigenas-do-xingu-e-a-hidreletrica-belo-monte>. Acessado em 13 de maio de 2012.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), [site:www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) – acessado em 01 de dezembro de 2014.

Entrevistas:

RM. V. - Entrevista, Juína/23 de Janeiro de 2012

A. P. - Entrevista, Juína/27 de Janeiro de 2012

R. V - Entrevista, Juína/24 de Janeiro de 2012

J. M. S - Entrevista, Juína/05 de Abril de 2014